

267

AÇÃO EM REDE E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UM ESTUDO SOBRE A REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO/RS. *Luciana Carvalho Brocardo, Dóris Soares, Carlos José Naujorks (orient.)* (Psicologia, Universidade de Santa Cruz do Sul).

A presença da sociedade nos canais institucionais de ação política (Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente) tornou-se imprescindível para o funcionamento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Essa presença enfrenta hoje, porém, alguns desafios, dentre eles, a ampliação da participação da sociedade civil, em muito ainda restrita; e o desenvolvimento de ações articuladas. Neste sentido, as redes sociais tornam-se um modelo para as articulações institucionais e para a própria análise dessas ações. Assim, tanto empírica quanto analiticamente, as redes de ação social constituem a referência a partir da qual entidades e pesquisadores passam a definir suas ações. Em relação à defesa dos direitos da criança e do adolescente, a participação da sociedade na gestão de políticas públicas conforma-se a partir ou das necessidades decorrentes da implementação de ações específicas de atendimento ou da busca de implementação de projetos políticos compartilhados. Esta pesquisa busca verificar, em relação aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, campos de coesão e de conflito, destacando a presença de sistemas de aliança. Busca, também, evidenciar ações desenvolvidas articularmente, colocando em relevo processos constituintes de intencionalidades conjuntas. Os resultados parciais apontam para as legislações locais funcionando como constritoras da participação política (Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC).